economia

# CMPC apresentará até abril condicionantes de licença

## Projeto Natureza prevê construção de fábrica em Barra do Ribeiro

/ INDÚSTRIA

**Jefferson Klein**
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

CMPC/DIVULGAÇÃO/JC



Antonio Lacerda reforça o impacto econômico do projeto para o Estado

Visto por alguns como um empreendimento que mudará o cenário econômico do Rio Grande do Sul, mas também alvo de críticas de outros devido ao impacto ambiental, a CMPC vai avançando no processo de licenciamento da sua nova fábrica de celulose no Rio Grande do Sul. Tendo obtido da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) em outubro a licença prévia (LP) da iniciativa, a empresa espera, até abril do próximo ano, responder a todas as 73 condicionantes apresentadas no processo do órgão ambiental para conseguir a licença de instalação (LI).

O diretor-geral da CMPC, Antonio Lacerda, calcula que, conseguindo cumprir esse objetivo, é possível que a LI seja emitida até meados de 2027. O chamado Projeto Natureza da CMPC prevê a construção de uma planta com capacidade para 2,5 milhões de toneladas ao ano de celulose, no município de Barra do Ribeiro. O complexo, como um todo, somado a outras estruturas logísticas, como um terminal portuário, em Rio Grande, receberá um aporte bilionário (hoje calculado em R$ 28 bilhões, com a alta do dólar).

A meta da empresa é que o protocolo da licença de instalação na Fepam seja realizado até 15 de dezembro. A partir daí serão necessários mais três a quatro meses para terminar todos os estudos. Conforme Lacerda, o número de 73 condicionantes não é fora do comum. Ele lembra que na ocasião do licenciamento da planta da CMPC em Guaíba, havia uma quantidade ainda maior.

Quanto aos reflexos econômicos da nova unidade, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) divulgou um estudo apontando que a expansão da CMPC deve gerar 7.863 empregos e incrementar o PIB gaúcho em 0,6% ao ano.

Na fase de operação, o empreendimento deve gerar 5 mil ocupações diretas, sendo 1,5 mil nos setores de celulose e papel e 3,5 mil na produção florestal. Somadas às 995 vagas indiretas e às 1.868 induzidas estimadas pelo estudo, são 7.863 ocupações em decorrência dessas atividades.

Na etapa de implantação, a CMPC estima a contratação de 12 mil trabalhadores diretos. O estudo projeta outras 2.820 ocupações indiretas e 3.161 induzidas pelo consumo associado às remunerações, totalizando aproximadamente 17.981 ocupações. Já o impacto acumulado no PIB pode chegar a R$ 17,3 bilhões.

Lacerda enfatiza que o estudo da Fiergs demonstra o enorme impacto econômico que o empreendimento pode gerar. "O estado do Rio Grande do Sul precisa de investimentos e esse não é qualquer investimento, que não só enche os olhos, mas enche o PIB", frisa o executivo. Com o licenciamento de instalação sendo confirmado, serão iniciadas as primeiras obras do complexo. Dentro da expectativa da empresa, o dirigente calcula que seja possível começar a operação da nova planta até a metade de 2030.

## Deputada critica falta de transparência no licenciamento; Fepam rebate

Apesar dos incrementos que o Projeto Natureza da CMPC pode implicar na economia gaúcha, o empreendimento não é uma unanimidade no Rio Grande do Sul. Para a deputada estadual Luciana Genro (PSOL), o maior problema é a falta de transparência quanto ao processo de licenciamento ambiental da nova fábrica de celulose.

Ela lembra que o partido fez um pedido de informações à Fepam e à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), construído com ambientalistas e cientistas, que não teve uma resposta voluntária. "Tivemos que pedir via judicial", frisa. Ela complementa que a Justiça acatou a demanda, entretanto, as respostas ainda eram insuficientes.

Essa situação, reforça a deputada, gera insegurança quanto ao que será ocasionado de impactos ambientais. "Queremos que a Sema e a Fepam expliquem quais os critérios que estão utilizados para fazer o licenciamento e isso não está ocorrendo", lamenta.

Ela reforça que a preocupação é quanto ao que ocorrerá com o Guaíba com os efluentes que serão jogados ali e, por consequência, o impacto que terá na água que as pessoas bebem, nos peixes e no ambiente em geral. O diretor-geral da CMPC, Antonio Lacerda, argumenta que as críticas na área ambiental são um desgaste muito grande, contudo enfatiza que, do ponto de vista técnico, a companhia está muito segura do que está sendo feito.

Ele comenta que, por meio da operação que já acontece em Guaíba, a CMPC acompanha há anos a qualidade dos efluentes lançados no Guaíba e a nova fábrica em Barra do Ribeiro será ainda mais moderna. Lacerda adverte que há uma motivação política nesse debate, além da questão técnica. Ele ressalta que os órgãos competentes possuem excelentes técnicos para fazer a análise do impacto ambiental, contudo sempre haverá alguém que não aceitará os dados.

Em nota, a Fundação afirma que o procedimento de licenciamento ambiental do Projeto Natureza foi conduzido com observância aos procedimentos técnicos e legais, incluindo mecanismos de publicidade, participação social e acesso às informações. Segundo o órgão ambiental, a avaliação foi realizada por equipe técnica especializada, com base nos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor e nas análises necessárias à instrução do processo.

Segundo a nota da Fepam, a participação da sociedade ocorreu por meio de consulta pública, aberta em 11 de dezembro de 2025, e de audiência pública realizada em 29 de janeiro de 2026, no Parque Municipal Nenê Naibert, em Barra do Ribeiro. O encontro reuniu 1.178 participantes presenciais e registrou 1.376 visualizações na transmissão pelo YouTube. Para ampliar a oportunidade de participação, o prazo para encaminhamento de manifestações foi prorrogado até 13 de fevereiro de 2026, totalizando 60 dias para o recebimento de contribuições. Os questionamentos, sugestões e manifestações recebidos durante e após a audiência foram considerados nas etapas de avaliação técnica do licenciamento.

A documentação do processo, incluindo o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), está disponível para consulta pública no Sistema Online de Licenciamento (SOL), sob o processo nº 3705-0567/25-9, SOL 150370. O acesso permite que cidadãos, entidades, pesquisadores e representantes da sociedade acompanhem os documentos e os elementos que fundamentam a análise ambiental.

A Licença Prévia concedida pela Fepam atesta a viabilidade ambiental do empreendimento na fase de planejamento e estabelece as condicionantes que deverão ser observadas.

## Expansão da planta de celulose pode gerar R$ 17,3 bi ao RS

O Projeto Natureza deve gerar 7.863 empregos na fase de operação. Além dos trabalhadores contratados para o empreendimento e pelas empresas fornecedoras, a estimativa inclui vagas geradas pelo aumento da renda dessas pessoas, como em atividades de comércio, alimentação, transporte e serviços. A análise também aponta impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho estimado em R$ 3,5 bilhões por ano, incremento de 0,6%, indica estudo da Unidade de Estudos Econômicos e Observatório da Indústria do Sistema Fiergs.

Segundo o presidente do Sistema Fiergs, Claudio Bier, por meio de nota, o empreendimento representa uma oportunidade de fortalecer a indústria gaúcha e ampliar a participação de empresas locais nas cadeias produtivas de fornecimento. "Um investimento dessa magnitude movimenta uma série de setores, muito além da produção de celulose. É uma oportunidade para ampliar a participação das empresas gaúchas nas cadeias de fornecimento e fortalecer a indústria do estado", disse.

O economista-chefe do Sistema Fiergs, Giovani Baggio, explica que os números demonstram a dimensão do investimento e sua capacidade de produzir efeitos em diferentes momentos da atividade econômica. "A fase de implantação tem um impacto expressivo, especialmente pela demanda gerada pelas obras e pela contratação de trabalhadores. Já na operação, os efeitos passam a ter caráter recorrente, vinculados à produção industrial, à atividade florestal e às exportações. São dinâmicas distintas, mas que mostram a relevância de um empreendimento desse porte para a economia do Rio Grande do Sul", avalia.

No impacto acumulado no PIB pode chegar a R$ 17,3 bilhões. Os efeitos da implantação devem alcançar principalmente os setores de construção, máquinas e equipamentos, veículos, produtos de metal, energia, transporte, engenharia e serviços técnicos, além de comércio, alimentação e prestação de serviços.

## Obras do armazém de terminal em Rio Grande devem começar em breve

Dentro do projeto de expansão da CMPC no Estado, uma estrutura fundamental será a construção de um terminal portuário em Rio Grande para escoar a produção de celulose. Uma parte essencial desse complexo, um armazém com cerca de 50 mil metros quadrados de área, deverá começar a ser construído até a metade do ano que vem.

O diretor-geral da CMPC, Antonio Lacerda, detalha que para essa obra a empresa já conta com a licença ambiental prévia e a perspectiva é que em mais dois meses se consiga a licença de instalação com a Fepam. O dirigente salienta que essa deverá ser a primeira obra de maior porte a ser percebida dentro do Projeto Natureza.

Todo o terminal deve absorver cerca de R$ 1,4 bilhão em investimentos e Lacerda adianta que a maior parte do aporte deverá ser concentrada no armazém. A conclusão do terminal deverá ocorrer próxima à finalização da nova planta de celulose (até meados 2030).